

Experiências negras e Brasil escravista: questões e debates

Flávio dos Santos Gomes

Departamento de História/IFCS/UFRJ

O tema da Escravidão teve um papel fundamental nos novos percursos da historiografia brasileira. As temáticas da Escravidão (e aquelas das relações raciais) tiveram sempre espaços nobres na literatura das ciências sociais sobre o Brasil. Vários e importantes intelectuais brasileiros – em diversos contextos – se dedicaram ao assunto. De Nina Rodrigues, considerado o “pai” da Antropologia no Brasil no final do século XIX, passando por Gilberto Freire nos anos 30 até Florestan Fernandes nos anos 50.¹

O objetivo deste artigo é – com base em perspectivas teóricas e investigações empíricas recentes – analisar a formação das identidades e comunidades escravas a partir da problemática das fugas, fugitivos e os mundos da escravidão a sua volta.

Em torno de um roteiro

Fundamental – de início – seria tentar conectar as mudanças de perspectivas e enfoques da historiografia sobre a escravidão e o contexto da sua produção. Para lançar mão da comparação, poderia citar os Estados Unidos e alguns países da América Latina, onde os estudos sobre o *negro* e o *índio* respectivamente ganharam fôlego, redirecionamento e principalmente visibilidade com os movimentos pelos direitos civis e as lutas das populações indígenas. Para o caso norte-americano, poderíamos ainda citar a Guerra do Vietnã. Esse também seria um contexto internacional. A preocupação com as experiências históricas das chamadas “minorias” vinculou-se também a um movimento intelectual internacional de historiar mulheres, negros, índios, entre outros. As chamadas “minorias” e sua inclusão nos discursos histórico e historiográfico foram também um movimento da história destes grupos sociais e pessoas.²

A questão não era somente incluir “minorias” – no caso dos africanos e seus descendentes. Era permitir-se uma outra concepção de história. Quais os fatores de mudança na história? No caso da Escravidão, tais questões estariam implícitas em vários discursos. Chamaria atenção para três questões neste debate. Muitas das quais destacadas mais enfaticamente do que outras pela historiografia brasileira.

A primeira seria o eixo econômico. Escravidão e principalmente escravos seriam quase sempre descritos pela sua importância econômica. Seriam propriedades dos senhores, semoventes. Mesmo - algumas análises mais contemporâneas - insistiram nas abordagens voltadas para a demografia. Escravos apareceriam mergulhados em números e estatísticas. Era o tráfico, a família escrava, a alforria. Apesar da ênfase nos números, tais estudos foram importantes. Alguns fundamentais. A família escrava apareceria com seus arranjos sociais, mudanças estruturais e cíclicas. O debate sobre a mesma – quase sempre marcado pelo preconceito e utilização sem críticas das fontes de viajantes – ganharia consistência e fôlego com a pesquisa quantitativa e demográfica das fontes seriais de inventários, censos e listas nominativas. Outra questão importante seria aquele das estruturas de posse dos escravos. Havia estruturas diferenciadas. A propriedade escrava estava disseminada em todo o Brasil. Podia haver – numa mesma região – tanto grandes fazendeiros ausenteístas da agro-exportação como pequenos lavradores produtores de alimentos.³

Já o tema do tráfico e de suas dimensões numéricas, possibilitaria esquadrihar o litoral africano e fundamentalmente a idéia de “produção do escravo”. A África Romantizada não mais teria vez. Revelava-se agora o papel do tráfico e dos traficantes na própria história africana, não só aquela econômica, mas a social e política.⁴ Quanto as abordagens sobre as alforrias apontariam para as classificações sociais internas dos escravos. Suas origens, ocupações e estratégias. Não seria o caso só de tratar o tema no universo do paternalismo. A partir dos índices sobre alforrias (ou seja, quem é alforriado, por quê, como e quando isso acontecia) surgiria uma outra face da organização escrava. Crioulos, mulheres e aqueles de ocupações especi-

alizadas tinham mais chances de comprar e/ou conquistar sua liberdade através da alforria. Além disso, o preço estipulado pelas mesmas assim como a possibilidade de revogação, os padrões de alforrias condicionais demonstraram as complexidades das relações de poder das classes senhoriais. Junto com as alforrias destacariam os estudos sobre os libertos (inclusive os tutelados) e a população negra livre. A partir deste enfoque também entenderíamos as percepções de liberdade e da escravidão. Cabe por último destacar, que o estudo das alforrias no Brasil foi aquele mais original em termos de pesquisas de escravidão nas Américas.⁵

Ainda dentro do eixo econômico destacaria por último os estudos sobre *escravidão urbana*. Estes estudos, para além das caracterizações econômicas específicas do contexto escravo nas áreas urbanas, articular-se-iam com os estudos de cultura escrava que comentaremos mais adiante. As formas de sociabilidade, as solidariedades, os regimes de trabalho, padrões de ocupação e moradia eram diversas. Escravidão e Urbanização seriam o foco das principais formas de controle social no Brasil do século XIX. Têm surgido excelentes estudos sobre as moradias populares, os libertos nas áreas urbanas, irmandades religiosas de escravos e da população negra, festas e capoeiras.⁶

A segunda questão seria o eixo Política e Escravidão. Falamos das abordagens sobre os movimentos escravos e as percepções políticas. De uma maneira geral, o protesto escravo só tinha sido analisado como “reação”. Enfim, escravos não agiam, supostamente só “reagem”. Numa escravidão boa como proposta por Freire não havia reação. Enquanto na escravidão violenta da Escola Sociológica Paulista, só valia destacar a “reação” como forma de enfatizar a crueldade do regime escravista. Um escravo-passivo nas análises anteriores cedia a vez ao escravo-rebelde. Escravos não seriam apresentados como sujeitos históricos nestas análises. Se eram *coisa-passivo* transformavam-se em *coisa-rebelde*. Mais recentemente, alguns estudos sobre revoltas escravas procuraram perscrutar os significados dos protestos e as percepções políticas que com eles interagiam vários sujeitos e personagens. Escravos avaliaram sempre o mundo a sua volta. Portanto suas ações de enfrentamento não foram frutos da irracionalidade, dos castigos e maus-tratos. Cativos faziam política nas senzalas, nos quilombos, nas insurreições e nas cidades. A questão aí – para o historiador – seria identificar as formas de fazer política. Uma historiografia mais tradicional sempre entendeu política como ação exclusiva das elites. Pelo contrário, a política estava nas ruas. E também nas áreas rurais. E lá também estavam escravos, libertos e homens livres pobres. A propósito, escravos – em vários contextos – articulariam suas lutas com outros setores da sociedade. Podia ser tanto populações indígenas e de desertores militares como camponeses livres.⁷

Houve todo um esforço de revisão sobre os aspectos da suposta idéia de docilidade dos cativos e do caráter brando da escravidão no Brasil. Com uma importância marcante, uma corrente historiográfica surgida no final dos anos 50, teve um profundo impacto quanto aos estudos sobre os movimentos dos escravos e a idéia de política. Primeira e originalmente com a obra de Clóvis Moura, e depois com os estudos de Alípio Goulart, Luís Luna e Décio Freitas, as formas de resistência seriam revisitadas numa proposta analítica marxista. Em tais estudos procurar-se-ia dar destaque às diversas formas de protesto, sendo que os quilombos assumiriam o papel principal nas análises sobre a rebeldia escrava.⁸

A última questão seria relativa a cultura. Não necessariamente a escravidão, mas o negro apareceu como foco de estudo associado ao Folclore e os temas da contribuição cultural. Falava-se em reminiscência da cultura africana no Brasil. Era necessário classificá-la e também escolher seus cenários. A África no Brasil teria um palco privilegiado: A Bahia. Esta guardaria a África nos seus mistérios e encantos. Foi um pouco por aí que a antropologia caminhou numa tradição que – guardada as especificidades – percorreu de Nina Rodrigues, a Artur Ramos, a Edison Carneiro, a Roger Bastide e Pierre Verger. Até aí nada de novo. Esta própria antropologia mais recentemente – anos 80 – demonstrou os caminhos da “invenção” africana no Brasil. Havia mesmo parodiando Beatriz Góis Dantas, *Usos e Abusos da África no Brasil*.⁹ Uma tradição inventada. Textos de Manuela Carneiro, da própria Beatriz Góis Dantas, Robert Slenes, Peter Fry e outros já destacaram isto.¹⁰ Contudo este debate – ainda bem – está longe de ganhar um ponto final. Isto não só para o Brasil. Aqui ou acolá com falas ora permeadas da eloquência acadêmica ou da força da militância reaparecem. Ganham novas formas e outros argumentos. Ênfases e caminhos diversos.

Mas se a África teve como local ideal no Brasil, a Bahia; a resistência escrava, aquela fundamentalmente com um sentido cultural, tinha como espaço privilegiado: o Quilombo. O outro local seria o campo da religião. Esta foi a construção da História e da Antropologia sobre a escravidão no Brasil. Articulando religiosidade, cultura e resistência – tendo como roteiro o protesto escravo dois tipos de abordagem foram preponderantes. A primeira surgiu nos anos 30 sob a influência de Nina Rodrigues e outros escritos temáticos da Antropologia Cultural. A partir deste pressuposto antropológico tinha-se o objetivo de caracterizar a resistência escrava no Brasil numa perspectiva da “contra-aculturação”. Sabemos que foram nas obras de Edison Carneiro, Artur Ramos e, mais tarde, Roger Bastide, que tiveram força interpretações em torno da idéia de resistência cultural. Os significados religiosos das culturas escravas seriam tão somente recriações genuínas de uma cultura de pureza africana. Também sabemos que o principal problema deste tipo de análise é a sua conceituação de cultura. Em grande medida, esta foi vista como uma experiência social “estática” ou com mudanças históricas lineares, possibilitando a idéia de difusão. ¹¹

Estudos mais recentes, pautados pela História como pela Antropologia, tem demonstrado como as comunidades escravas nas Américas, fundamentalmente forjaram uma interação e transformação cultural original. Critica-se, assim, a argumentação de que havia uma forte separação ideológica entre o desenvolvimento dos escravos crioulos nas plantações e o caráter ‘africano’ das comunidades de fugitivos, provocando com isso um grande distanciamento cultural entre crioulos e africanos. Havia o caráter da interação cultural e o desenvolvimento de novas sínteses na constituição da cultura dos quilombos. Algumas comunidades quilombolas podem ter - por exemplo - constituído sistemas religiosos a partir da fusão e reelaboração de práticas religiosas cristãs, africanas e indígenas. Esse processo possivelmente pode ter provocado mudanças significativas em algumas comunidades. Argumentamos no sentido de terem sido criados conteúdos e significados culturais nas senzalas e nos quilombos. Sempre melhor falar em recriações e reinvenções. Para além de algumas poucas e dispersas evidências - e a necessidade permanente de se remover o pó da documentação disponível depositada nos arquivos locais – tomamos como base um amplo debate teórico e metodológico sobre as especificidades das culturas escravas nas Américas. Não haveria necessariamente - enquanto modelos cristalizados e funcionalistas - uma cultura branca, outra negra, uma europeia ou africana nas Américas, e estas aqui encontrariam uma também única e verdadeira cultura indígena. Pelo contrário, houve pluralidades culturais - com semelhanças, diferenças, aproximações e distanciamentos - de várias origens que engendrariam-se, gestando experiências culturais diversas. Cultura, portanto, deve ser lida (e ou procurada) no contexto das experiências históricas de seus agentes. ¹²

Significados culturais de origens africanas eram reinventados pelos escravos no Brasil, não só para a primeira geração de africanos, mas também aquela de cativos crioulos. É possível pensar as culturas escravas, não numa perspectiva essencialista de “africanismos” – ou mesmo como se os quilombos fossem necessariamente e/ou exclusivamente lugares ou guardiões da “cultura africana”. É possível entender a cultura quilombola (ou culturas quilombolas para marcar suas complexidades e diversidades) também como uma extensão da cultura escrava. As senzalas podiam ser fontes constantes de *backgrounds* culturais para os quilombolas, como estes para as mesmas. É claro que em algumas situações, os impactos demográficos do tráfico negreiro, a crioulição das populações dos mocambos e das senzalas e o isolamento forçado de alguns grupos quilombolas podem ter provocado interações culturais diferentes. O fato é que africanos e crioulos — de uma maneira geral — não estavam completamente afastados nas ruas, nas senzalas e nos quilombos de outros setores escravos, livres e negros.

As experiências negras podem ser resgatas em outras dimensões da história. Incluindo a construção de identidades étnicas. Os eixos de análise, incluindo Cultura, Política e Economia, poderiam aqui ser conectados.

O contra-ponto escravo: fugas, fugitivos e cotidiano

A historiografia sobre a escravidão tem dado pouco destaque às fugas. Estas têm aparecido mais como atos repetitivos — quase banalizados — da resistência escrava e, portanto, sem sentido político. Também o escravo fugido foi visto como alguém que somente, “inadaptado” ao regime da escravidão, extenuado pela carga de trabalho e as condições de vida impostas a ele (alimentação, vestuário, habitação, castigos físicos,

etc.) procurava evadir-se do domínio senhorial. Mesmo alguns estudos mais contemporâneos deram destaque, principalmente aos aspectos meramente econômicos dos processos de fugas.¹³ Neste caso, os significados po-líticos das fugas, enquanto resistência escrava, se davam tão somente pela perda por parte do senhor de seu produtor direto (o escravo) e do lucro por ele gerado. Constituíam-se assim uma visão ora simplista, ora generalizadora de que na maioria das vezes os cativos fugiam com o único objetivo de causar prejuízo econômico aos seus senhores ou porque eram muito castigados.

As estratégias dos escravos fugidos foram variadas e complexas. Mais do que fugir, o fato de se permanecer escondido, oculto, longe dos senhores e capturadores era uma arte. Tudo tinha que ser pesado e temperado. O momento certo para a fuga, as direções e caminhos a tomar, as possíveis redes de proteção e solidariedades a serem acionadas, as precauções, etc. A fuga podia ser uma longa e difícil batalha pela liberdade. Infelizmente apenas conhecemos os cativos que – se não perderam a guerra – sofreram derrotas em algumas destas batalhas. Portanto, só conhecemos as estratégias dos fugitivos que acabaram capturados. Mesmo aqueles que passaram longos períodos como fugidos. Quase nada sabemos sobre aqueles que nunca mais chegaram a ser encontrados pelos seus senhores.

As motivações e/ou razões das fugas não eram menos complexas. Maus-tratos, castigos e rigores do cativo eram alegados. Outros contextos, porém, surgiriam. O escravo Joaquim Maurício, por exemplo, foi preso como fugido em Pitangui, em Minas Gerais, onde estava trabalhando para Antônio Cardoso. Era natural da Bahia e tinha sido trazido para o Rio de Janeiro. Fora comprado por um fazendeiro de Cantagalo. Ali trabalhou mais de um ano. Alegou que fugiu apenas por ter ouvido de um agregado da casa de seu senhor que ele estava forro pois não havia sido matriculado.¹⁴ Já falamos que podia-se conseguir ficar anos longe da vista dos se-nhores. Foi o que aconteceu com um outro Joaquim. Este era africano, um mo-çambique, e trabalhava em Cabo Frio. Estava fugido há mais de cinco anos e “sua pousada era incerta, andando várias vezes pelo Bananal e serra acima”. Indo para Campos foi cercado pelo azar. Acabou nas mãos de um capitão-do-mato.

Para permanecer fugido várias estratégias seriam tentadas. O pardo Adriano fugiu de Vassouras, em 1848, foi para Corte e assentou praça no Corpo Municipal Permanente. Disse ser livre e chamar-se Adriano Leite de Meirelles. Um ano antes não tinha feito diferente um tal Teodoro. Sua proprietária, Dona Ana Luiza Araújo Bastos, com um tom indignado, fez um petição querendo reaver o seu cativo. Informado a respeito, o Comandante Geral do Corpo Municipal justificou sua bobeadada, dizendo que Teodoro era “de cor bastante branca, cabelos corridos, e pretos, com ofício de marceneiro”.¹⁵ Se escravos alegavam maus-tratos, alguns se-nhores mesmo acusavam alguns fujões de ingratos. Este foi o caso do africano Sidnei, natural de Cabinda. Obteve uma promessa de alforria no prazo de cinco anos com a condição de bom comportamento. Seu senhor, entretanto, desanimado disse que este escravo “tem se portado pessimamente, ausentando-se da casa, recusando obedecer e também seduzindo um moleque nosso”.¹⁶ Mariano José Cupertino, também não teve sorte. Pediu ao Ministério da Justiça, em 1852, para trocar a africana livre Benta por outra. Alegava ter esta o insuportável vício de fugir, razão pela qual o levou a solicitar a troca do mesmo, pois já estava cansado de fazer despesas com pedestres, visando capturá-lo nas suas repetidas fugidas. Já de uma outra africana livre – Manuela – sua senhora dizia não ser merecedora de carta de emancipação, em 1853, uma vez que sua conduta não havia sido boa, tendo fugido várias vezes, chegando ultimamente a ficar mais de seis meses foragida.¹⁷

Episódio interessante aconteceu mesmo com o “bem falante e habilidoso” pardo João, que sabia “ler e escrever, tocar flauta, gaita viola, ajudar missa e trabalhar sofrivelmente de carpinteiro e alfaiate”. As peripécias e mesmo ousadia da sua fuga são contadas pelo padre Manoel Gomes de Figueiredo, seu proprietário, um carrancudo dono de engenho no termo do Divino Espírito Santo de Inhambupe, na Província da Bahia. Sua fuga ocorreu nos últimos dias de 1846. Talvez na noite de natal, depois da missa. No início de 1847, o tal João já era praça na Charrua *Corvóia* e logo depois grumete na Corveta *Bertioga*. Adoeceu. Foi parar no Hospital de Marinha da Corte. Descoberto tratou novamente de fugir. Com o nome falso de José de Figueiredo parecia que estava agora em Macaé, no interior do Rio de Janeiro. De lá tinha a audácia de escrever cartas para o seu senhor e mesmo para outros escravos. Nelas ridicularizava a possibilidade de ser capturado, alegando que estava bem protegido em Pernambuco, e incentivava outros escravos a fugirem. Os

carimbos do correio denunciaram o pardo João, porém continuaria longe das mãos do desmoralizado padre e seu senhor. Este ainda em 1853 pedia as autoridades para localizá-lo. Boa ocasião, talvez sucesso na fuga.¹⁸ Em 1848, Domingos Cabinda e Rosa Muange, tiveram a “criminosa habilidade de abusar da amizade, sinceridade e boa fé” de Manoel Pinto da Silva, seu proprietário. Aproveitando-se da sua cegueira botaram o pé na estrada, levando consigo suas cartas de alforria “condicional de prestação de serviços”.¹⁹ Boa ocasião e motivos teve, em 1856, Januário – que mudou o nome para César – para escapar de uma fazenda em Valença. Capturado, alegou ter sido “roubado e seduzido” para ir trabalhar numa fazenda do cunhado do Imperador, onde passaria muito bem, pois lá teria cem mil réis, teria domingos, e dias santos para descansar e negociar, e nos outros dias trabalharia pouco, que existiam “muitas raparigas e poucos rapazes”. Nada mal. Fugindo – entre roubos e seduções – escolhia uma outra escravidão.²⁰

Eram vários os fazendeiros e lavradores espertalhões que se aproveitavam dos serviços de escravos fugidos. Em Macaé, em 1864, cerca de 26 cativos (de um mesmo senhor) dados como fugidos foram encontrados trabalhando na fazenda do Deitado, de propriedade de Bernardo Lopes da Cruz.²¹ Este foi denunciado como acoitador e ladrão de escravos. Os cativos recapturados confirmaram tal denúncia e fizeram outras revelações. Tinham sido vendidos há pouco tempo para os irmãos Souza Passos, que lhes concedeu o prazo de um mês pouco mais ou menos para venderem as suas roças e criações, e se preparassem para a viajar. Iriam trabalhar na fazenda Nova. Pior que isso foi o aviso que receberam de Custódio Portugal, um pequeno lavrador de arroz: na nova fazenda o “passadio era mau e o cativo rigoroso”. Como conselho falou também que “fugissem todos a casa de Bernardo Lopes, que lhes daria agasalho por que os queria comprar, e que ele Custódio ficaria com alguns”. Fugiram. Denúncias de açoitamento de fugidos e roubos de escravos, porém, chamaram a atenção das autoridades locais. Acabaram sendo presos. Segundo o crioulo Agapito interrogado: inicialmente, de dia estes escravos trabalhavam na colheita e de noite eram recolhidos nas senzalas locais. Após o envio das expedições punitivas, estes escravos fugidos foram aconselhados a fazer ranchos nas matas da fazenda. Ali também plantavam, mantinham sua subsistência e trocavam produtos com cativos assenzalados. Naquela situação existia outros escravos fugidos da região.²²

Neste caso, os escravos insatisfeitos com a troca de senhores e, portanto de cativo, acabaram fugindo coletivamente. Deixando-se seduzirem foram trabalhar para um outro fazendeiro, com a promessa de compra dos mesmos. Enquanto isso colhiam café, ora dormiam nas senzalas da fazenda para onde tinha fugido, ora nos matos em ranchos. Encontraram — sob ordens de um futuro e prometido senhor — ajuda de escravos e mesmo de outros fugitivos que ali já se achavam. Era um tipo de quilombo pacífico que bem revela interesses, motivações, estratégias e razões de fugas, fugitivos, ladrões, fazendeiros e coiteiros.

Fugitivos tinham que contar com a proteção (mesmo interesseiras) e com as solidariedades nas suas aventuras. Um conhecido escravo Serafim fez escola. Propriedade de Domingos Pedro Ribeiro, saiu fugido da cidade de Leopoldina, na Província de Minas Gerais, indo parar na Corte, em 1884. Fez tudo isso a pé, passando ora numa, ora noutra fazenda, com os escravos e ora no mato. Nas fazendas onde buscava proteção, tinha escravos seus conhecidos e até desconhecidos que lhe dava mantimentos com os quais se sustentava. Em 1855, reclamava-se na subdelegacia de Irajá que grupos de escravos da fazenda Imperial que viajavam freqüentemente de Santa Cruz para a Quinta da Boa Vista traziam no meio deles misturados, fugidos e desertores. Dizendo-se escravos do “Augusto Soberano” impediam a aproximação de qualquer inspetor de polícia ou de pedestres.²³ Solidariedades demais podiam acabar mal. O preto fugido Apolinário acabou matando o africano livre Domingos, isto em São Paulo, em 1871. O motivo principal foi uma dívida não paga. Processado, Apolinário justificou-se diante do Juiz, dizendo que andava fugido na cidade de São Paulo e contratou o africano livre Domingos para fazer sua comida diariamente, para a qual pagava e fornecia alimentos. Numa ocasião, Domingos – completamente embriagado – não preparou sua refeição e ainda o injuriou. Apolinário acabou sendo condenado a galés perpétuas, o que recorreu o seu proprietário Francisco Antônio Nogueira. O juiz ainda quis saber – grifando no processo de apelação – como Apolinário conseguia arranjar dinheiro para comprar mantimentos e pagar Domingos. Este simplesmente explicou que o dinheiro conseguido foi da venda dos produtos da sua roça, pois estava foragido há apenas um mês.²⁴ Em Pelotas, em 1869, conflitos também acabaram por gerar o assassinato do escravo Joaquim Gungú. O acusado – um outro cativo de nome Gonçalo – confessou o crime e alegou que o dito Gungú lhe tinha “negado um pedaço de

carne e um bocado de farinha para comer por ocasião em que andava fugido no mato e que não comia a cinco dias”.²⁵

No desfile de estratégias dos fugitivos, além de mudar de nome, trocar de roupa, “esquecer” o nome do senhor, tentar passar-se por livre e liberto, podemos incluir ainda a questão da língua. No contexto da proibição do tráfico e da chegada ilegal de africanos, fugidos crioulos tentaram, por exemplo, assumir a identidade de africanos. Em, 1837, numa petição foi isso que reclamou Antônio Francisco Terra, morador na vila de Barbacena, em Minas Gerais. Alegou que três escravos seus fugiram, indo parar na Corte. Capturados, estes fingiram ser boçais e novos, quando na realidade eram ladinos. Instaurado um processo acabaram sendo considerados africanos livres. Irado, o tal Terra – que bem podia ser mais um comprador de escravos africanos depois da lei de 1831 – resmungava pelos quatro cantos dizendo: “para se evadirem a escravidão de nada mais careciam os escravos, que de fingir-se ignorantes da linguagem deste Império, a falarem somente a da sua nação”.²⁶ Foi, sem dúvida, com essa estratégia que Caetano Congo estava quase ganhando uma queda-de-braço com seu senhor em 1844. Fugido, foi apreendido, avaliado como boçal, interrogado e considerado africano livre. Seu proprietário Manoel Pedro de Alcântara Ferreira e Costa entrou com um processo de revista cível pela sua posse. Perdeu na primeira instância e apelou para a Corte de Apelação, apresentando mais documentos, testemunhas, recibos, etc. Dizia Ferreira e Costa: ainda que não apresentasse bastante desembaraço no falar a língua, não era isso o que devia decidir ser ou não boçal o referido escravo, visto que ninguém ignorava o fato de que os pretos da Costa, particularmente os “Congos”, uma vez importados já adultos nunca falavam bem a língua portuguesa. Caetano acabou perdendo as batalhas do Tribunal, contra as quais tinha poucas armas. Em 1847 volta a ser declarado escravo.²⁷

Em 1839, a secretaria de Estado dos Negócios da Justiça mandava publicar instruções a respeito dos procedimentos com os fugidos. Após ser preso, o escravo deveria ser imediatamente interrogado a fim de se identificar o verdadeiro proprietário. Também era necessário imediatamente dar a maior publicidade possível na sua captura através de jornais ou editais, revelando seus “sinais” e características. Sabia-se o quanto que os fugidos davam informações falsas e incompletas sobre seus senhores e locais de origem.²⁸ O conteúdo de tais instruções revela, por outro lado, como as autoridades pareciam conhecer (pelo menos um pouco) os significados das estratégias dos fugitivos. Para permanecer fugidos podiam trocar seus nomes ou aqueles de seus senhores. Porém, quando capturados poderia ser mais interessante revelar logo a “verdade”. Ficariam menos tempo em cadeias, voltariam a seus donos e mesmo depois de castigos, punições e “apadrinhamento” poderiam planejar novas fugas. Outros fugidos também podem ter omitido os nomes de seus senhores e acabaram sendo arrematados em leilões públicos. Não se conseguia a liberdade, mas inventava-se outra escravidão.

Inventando comunidades e refazendo identidades: um episódio de fronteiras

Mocambos e fugitivos davam o que falar nas áreas de fronteira do Grão-Pará coma Guiana Francesa (esta região atualmente corresponde ao estado do Amapá). Nesta região havia pelo menos dois tipos de comunidades de fugitivos. Mais para o interior da floresta – ainda que não isolados – tinham grupos de quilombolas mais estáveis e numerosos (a partir de 30 pessoas). Muitos destes podem ter se formado na segunda metade do século XVIII. Podiam igualmente reunir desertores e índios. Dedicavam-se a produção de farinha e outros gêneros, e mantinham trocas mercantis (inclusive prestação de serviços) com colonos franceses nas fronteiras. Neste caso, mocambos de negros e “povoações de gentios” misturavam-se.²⁹

Também mocambos menores, formados por pequenos grupos de quilombolas (entre 5 e 15 fugitivos) surgiam aqui ou acolá. Possuindo maior mobilidade, migravam frequentemente, sempre, porém, rondando vilas e povoados. Estabeleciam pequeno comércio clandestino e buscavam proteção junto a outros escravos, regatões e lavradores. Os mocambos mais estáveis e duradouros, tanto como aqueles menores, mantinham contatos entre si. Assim como, aquelas fronteiras estavam borradas – em termos dos complexos grupos sociais e estratégias ali desenvolvidas – mocambos surgiam e desapareciam, antes mesmo que quaisquer iniciativas de repressão pudessem ser acionadas.³⁰ Vamos acompanhar aqui um episódio, envolvendo fugitivos e a formação de comunidades étnicas em fugas.

Em 1848, as autoridades andavam às voltas, perseguindo um grupo de fugitivos no Amapá. Além de fugidos, estavam sendo procurados por terem cometido assassinatos na ilha de Arapiranga. Teriam matado um colono alemão e sua mulher, seqüestrando seus dois filhos menores. Perseguições ocasionaram prisões e investigações. Resultou-se, na ocasião, as “providências, que se devem dar, imposta a medida em maior escala reclamada de tantas partes para a expurgação dos lugares infestados de escravos, e criminosos fugidos”. Se não fosse só isso, havia o costumeiro problema – relativo aos quilombos em todas as partes do Brasil – dos “acoutadores” dos fugitivos. Coibir tal prática de proteção, incluindo comércio clandestino, era muito difícil, senão impossível. Tais redes de proteção e comércio eram extensas e clandestinas. Não havia – muitas vezes – a quem prender posto que as denúncias não transformavam-se em comprovação. Além disso, não havia lei específica, destacando este tipo de “crime”. Com relação a esta questão assim argumentaria o chefe de polícia da Província do Grão-Pará:

“Quanto a acoutadores de escravos, não há este crime classificado no Código Criminal: os proprietários têm contra eles ação cível para ressarcimento dos lucros cessantes dos serviços de seus escravos. Eu penso que seria forçado inteligência o considerar-se esse acoutamento como um efetivo furto, ou roubo de escravos”.

Naquela ocasião, as autoridades policiais do Grão-Pará tentavam solucionar, entre outras coisas, a extração e o comércio clandestino da borracha. Na região do Amapá, em seus vários distritos sabia-se que vagavam “desertores e escravos fugidos até mesmo por barracas de seringueiros”. Na perseguição aqueles fugitivos – acusados de assassinato e seqüestro – em 1848, seria descoberta uma extensa rede de comércio clandestino, não muito distante da vila de Macapá:

“Levando guardas e paisanos que num caminho encontrou em cuja exploração achou barracas, roçados, plantações de manivas, e milhos, e indícios de manufaturar a goma elástica pelos centros que bem indica serem de fugidos e desertores e tendo capturado-se apenas 3 pretos e 1 preta que há tempos se achavam fugidos”.

Apesar de pequeno grupo, estes fugitivos estavam atentos às possibilidades de trocas comerciais através da economia extrativista. Já tendo canoas, protegiam-se construindo seus mocambos na parte de terra firme das ilhas. Passaram pela do Pará, das Onças, das Barreiras e do Arapiranga. Este mocambo era formado por vários pequenos grupos de fugidos. No máximo 2 ou 3 escaparam juntos de seus senhores. A maioria estava dispersa e organizaram o mocambo depois de anos de fuga.

Pedro, escravo de um inglês, um tal Gudany revelou “que havia fugido de seu senhor há três anos, da cidade do Pará junto com Laurindo, e Joaquim, escravos de José Ferreira Lisboa, da mesma cidade do Pará, e vieram para a Ilha das Onças”. Ali encontrariam o preto Antônio, escravo de Fernando José da Silva e a preta, Ana, escrava de Maria Madalena “também fugidos de seus senhores da Cidade do Pará, e reunidos todos sentarão [sic] para estes distritos”. Com uma só canoa resolveram roubar outra, quando acabaram supostamente cometendo os assassinatos na Ilha de Arapiranga.

Outros grupos de fugitivos uniram-se a estes. Outras histórias de fugitivos surgiriam. Capturada no mocambo do Rio Aneurapucú Felícia revelou ter fugido de seu senhor – Fernando José Rodrigues – já há anos. Escapou junto com o “preto João Tatú, escravo de Dona Cândida da Vila de Chaves, a quem tinha encontrado logo na fuga”. Dali rumaram para o rio Vila-Nova e acamparam “em um igarapé de nome Lindo onde estiveram e ali se uniram [ilegível] outros fugidos”. Novamente separaram-se, ganhando agora a companhia do preto Celestino, escravo fugido de Procópio Antônio Rolla”. Diria ainda Felícia que: “... poucos tempos depois se vieram aos mocambos nos cabeceiras de um igarapé, braço do mesmo Aneurapucú” e ali fizeram roças de maniva, e fabricavam seringa. Reunir-se-ia aí também o preto Manoel Cumbamá, também fugido de Procópio Antônio Rolla e aquele Pedro, escravo do tal inglês Gudany. Mais ainda: “vendiam os gêneros que podiam obter” para Florêncio de Silva Santos e Francisco Xavier de Souza.

As rotas do comércio clandestino e redes de proteção e “acoutamento” eram complexas. O principal encarregado era o preto Celestino. Era ele que vinha trazer os gêneros, que adquiriam ao sítio do dito Florêncio, e que dali “levava o que comprova ao dito Santos, em troca”. Já o preto Manoel Cumbamá

“vendia os sapatos de seringa que fazia ao preto Antônio, escravo do mesmo Florêncio”. Para além das solidariedades, nestas redes de proteção e comércio havia também conflitos. A própria Felícia afirmou:

“que ouvia queixar-se o dito preto Manoel que o referido preto Antônio lhe devia tanto que há poucos tempos he que vindo com os pretos, Celestino, Manoel, e Pedro, e achando na Boca do Rio, o mulato Hilário, e o preto Antônio, escravo do dito Florêncio o dito Manoel disse ao referido Antônio, quando lhe havia por [sic] o seu dinheiro aos sapatos que lhe havia dado para lhe vender ao que respondeu o dito Antônio, que os ainda não tinha vendido. Disse mais que o verão próximo passado o dito Florêncio mandou o seu mulato Hilário ao mocambo, donde eles estavam chamar o preto Celestino para lhe ir fazer cinza cuja cinza ele Celestino lhe veio fazer dez alqueires, e lhe te ouvisto [sic] a ele dizer que ainda o dito Florêncio lhos não tinha pago”.

Vemos aqui a complexidade e autonomia deste comércio clandestino. Para além de fugitivos e regatões, dele participava proprietários de escravos que utilizava estes como intermediários. Mais do que a simples troca de gêneros excedentes produzidos nos mocambos, havia mesmo a demanda e encomenda de alguns produtos. Além disso, os escravos assenzalados tinham seus interesses e faziam seus próprios negócios. E isso gerava conflitos. Também com os fugitivos. Alguns fugitivos po-diam ficar reféns e/ou dependentes de seus protetores, inclusive aqueles escravos. Esse parecia ser o caso de Manoel Cumbamá que ao invés de dinheiro só recebia promessas. Aliás, o preto Cumbamá tinha sua própria história de fugas e aventuras naquelas paragens. Possuía já um currículo de 3 anos de fugido. Uma fuga solitária que não demorou achar companhia, posto afirmar “que logo que fugiu se reuniu com o cafuz Gregório, e o preto José, escravos do casal do falecido Martinho Bentes, que tão bem andavam fugidos”. Se um era pouco, três não eram demais. Tais fugidos “se foram amiziar [homiziar?]” com o mulato Jacob, escravo do Padre José, residente em Mazagão. Viviam os quatro próximos ao rio Maracá e “andavam com franqueza acoitados por quase todos os moradores daquele rio”. Como moeda de troca produziam estopa, a qual vendiam para Clemente de Rosa do Espírito Santo, Luiz de Tal e Mateus Flexa, moradores em Mazagão. Conseguiram vender a arroba de estopa por mil réis cada e chegaram a comercializar 29 com só um comprador. Entretanto, o preto Cumbamá parecia estar mais preocupado com as aventuras das suas andanças pela floresta do que pesos, valores e medidas. Não demorou muito “obra de seis meses se passou para a Ilha do Pará e se juntou com o preto Faustino também fugido”. Igualmente, não esquentaria lugar, pois ali “esteve poucos dias, depois passou-se para o rio Vila-Nova, para o lugar em que foi apanhado”. Já então teria a companhia dos fugitivos Celestino, Pedro e Felícia. Ali “ocupavam-se em lavouras de algodões, fabricando seringa e manivas, salgas de peixe, apanhando jaboti e ma-tamazes”. Vendiam para Florêncio e Francisco, a quem nos referimos anteriormente. Produziram ainda 12 paineiros de cinza, recebendo como pagamento “doze covados de riscado botalhão do dito Florêncio. Cumbamá parecia ser também escravo das dívidas. Muitos eram aqueles que lhe devia dinheiro. Os principais eram o mulato Hilário, o branco Florêncio e também o mulato Antônio. Só para este último teria entregue 24 paineiros de cinza. Fora este, tinha para receber “16 a 20 mil réis dos sapatos de seringas” vendidos. Até agora nada de dinheiro. Mas a sorte não foi companheira de Cumbamá que acabou capturado.

Outras revelações surgiriam no depoimento de Manoel Joaquim dos Reis, acusado de dar proteção e manter comércio com esses fugitivos. A propósito, foi este acusado quem serviu de informante e guia para a expedição contra estes fugitivos do Amapá. Talvez quisesse escapar da cadeia, facilitando a prisão dos mesmos. O tal Reis, confessou ter “correspondência” direta com o preto fugido Faustino, “a quem ven-dia machados, farinha, e sal, recebendo em troca sapatos de seringa”. Numa dessas transações comerciais entrou, inclusive, uma panela, que achada no mocambo in-vaído serviu de prova incriminadora. Sabemos que o tal Reis – assim como Florêncio Fontes e Francisco Xavier – não eram os únicos homens livres naquelas paragens a se meterem com negócios junto aos fugitivos. Revelaria ainda Joaquim dos Reis:

“... que sabe que também se correspondia em Bernardo que é capitão do mato, e igualmente se correspondia com o mulato Macário, e o preto Ignácio, escravos de Carlos Francisco Saraiva, assim como também que da barraca do dito preto Faustino tinha uma estrada direita a casa da roça dos preto do dito Carlos Saraiva e que era o caminho mais perto ao rancho que servia de barracamento ao dito preto Faustino”.

Este episódio no Amapá, em 1848 revela com detalhes as estratégias multifacetadas de fugitivos, suas opções, possibilidades econômicas e alianças com homens livres e escravos.³¹ Histórias de fugitivos que andavam sozinhos, se reuniam a outros fugitivos (que podiam escapar em duplas ou trio), agrupavam e também se separavam, migrando para diversos lugares são igualmente muito interessantes. Indicam como fugitivos e quilombolas se misturavam, ficando difícil caracterizá-los separadamente, assim como projetos de fugas e formação de quilombos eram permanentemente reavaliados. Numa área de fronteira – considerada aqui tanto enquanto limites territoriais com outras colônias, como de áreas econômicas abertas – como o Amapá o quadro era ainda mais complexo.

Até os anos 60 falava-se de *Escravidão* tão somente. A sociedade escravista apareceria como homogênea. Ora branda, ora cruel. Só havia espaço para senhores e escravos, e o palco privilegiado era a casa-grande, a *plantation* e a economia agro-exportadora. O tema da *Escravidão* geral no Brasil cedeu a vez às análises sobre o *Escravidão* nos anos 60 e 70. O que importava agora era entender a sociedade escravista através do seu sistema, articulado e estrutural. Tanto na idéia de *Escravidão* generalizante como naquela de *Escravidão*, poucos espaços haviam para os sujeitos históricos, fundamentalmente os escravos. Essa foi a principal contribuição da historiografia a partir de meados dos anos 80 e principalmente nos anos 90. A *Escravidão* generalizante e o *Escravidão* cederam a vez para a *História dos Escravos*.³²

Para além da fragmentação, mas sim recuperando a diversidade, novos estudos sobre o Brasil escravista têm recuperado as experiências dos trabalhadores escravizados, sua agência, arranjos familiares, cotidiano, mentalidades e reinvenções culturais.

Notas bibliográficas:

* Este artigo faz parte de uma pesquisa mais ampla em andamento que conta com financiamento do CNPq. Agradecemos também o auxílio instalação da FAPERJ

¹ Ver: FERNANDES, FLORESTAN. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. 2 volumes. São Paulo, Dominus/EDUSP, 1965; FREYRE, GILBERTO. *Casa Grande e Senzala. Formação da Família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro, Maia & Schmidt, 1933 e RODRIGUES, NINA. *Os Africanos no Brasil*. 5ª edição, São Paulo, Ed. Nacional, 1977.

² Ver: PARISH, PETER J. *Slavery. History and Historians*, Nova Iorque, 1989.

³ Ver: SCHWARTZ, STUART B. “Recent Trends in the Study of Slavery in Brazil”. *Luso - Brazilian Review*, volume 25, número 1, verão 1988, p. 1-25 e *Slaves, Peasants, and Rebels. Reconsidering Brazilian Slavery* University of Illinois Press, 1992.

⁴ Ver, entre outros: ALENCASTRO, LUIS FELIPE DE. *O Trato dos Videntes. A Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo, Cia. das Letras, 2000

⁵ Sobre alforrias ver: EISENBERG, PETER L. *Homens Esquecidos. Escravos e Trabalhadores livres no Brasil — Séculos XVIII e XIX*, Campinas, UNICAMP, 1989; *Modernização sem mudança; a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, Campinas, UNICAMP, 1977; MATTOSO, KATIA M. DE QUEIROZ. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1982; SCHWARTZ, STUART B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo, Cia. das Letras, 1988

⁶ Sobre escravidão urbana ver: ALGRANTI, LEILA MEZAN. *O Feitor Ausente. Estudos Sobre a Escravidão Urbana no Rio de Janeiro - 1808-1821*. Petrópolis, Vozes, 1988; CARVALHO, MARCUS DE. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo. Recife, 1822-1850*. Recife, Ed. Universitária, 1998; CHALLHOUB, SIDNEY. *Visões de Liberdade. Uma História das Últimas décadas da Escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; GRAHAM, SANDRA LAUDERDALE. *Proteção e Obediência: criadas e seus padrões no Rio de Janeiro. 1860 – 1910*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992; KARASCH, MARY C. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro*. São Paulo, Cia. das Letras, 2000 e SOARES, CARLOS EUGÊNIO LÍBANO. *Zungu: rumor de muitas vozes*. Rio de Janeiro, Arquivo Público Estadual, Concurso Memória Fluminense, 1998 e WISSENBACH, MARIA CRISTINA CORTEZ. *Sonhos africanos, Vivências ladinas: escravos e forros no Município de São Paulo, 1850-1888*, São Paulo, Hucitec, 1998

⁷ Sobre “políticas escravas” as referências continuam sendo os trabalhos de João Reis: “O Jogo duro do dois de Julho : O ‘partido negro’ na independência da Bahia”. in : REIS, JOÃO JOSÉ e SILVA, EDUARDO. *Negociação e Conflito : A resistência Negra no Brasil Escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 233-84; “O levante dos malês : uma interpretação política”. in : REIS, JOÃO JOSÉ e SILVA, EDUARDO. *Negociação e Conflito : A resistência Negra no Brasil Escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 99-122; *Slave Rebellion in Brazil. The Muslin Uprising of 1835 in Bahia*, The Johns Hopkins University Press, 1993; “Resistência escrava na Bahia. ‘Poderemos brincar, folgar e cantar...’ : O Protesto escravo na América”. IN: *AFRO-ÁSIA*, Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA, Salvador, número 14, Dezembro de 1983, pp. 107-122 e “Um Balanço dos estudos sobre as revoltas escravas da Bahia”. in: REIS, JOÃO JOSÉ. (org.) *Escravidão e Invenção da Liberdade. Estudos Sobre o negro no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1988, p. 87-140 e *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos malês (1835)*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

⁸ Ver: QUEIROZ, SUELY ROBLES REIS DE. “Rebeldia Escrava e Historiografia”. *ESTUDOS ECONÔMICOS*, São Paulo, IPE-USP, volume 17, número especial, 1987, p. 7-35. e REIS, JOÃO J. “Quilombos e Revoltas Escravas no Brasil”. *Revista USP*, número 28, Dezembro/janeiro/fevereiro, 1995-96, pp. 14-40. Sobre escravidão no Brasil, ver também os debates em: CARDOSO, CIRO FLAMARION S. *Escravidão e Abolição no Brasil. Novas Perspectivas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988 e GORENDER, JACOB. *A Escravidão Reabilitada*. SP, Ática, 1991. Um importante estudo mais recente que recupera as principais questões e debates da historiografia brasileira aparece: SLENES, ROBERT. *Na Senzala, uma Flor. Esperanças e Recordações na Formação da Família Escrava*. RJ, Nova Fronteira, 1999

⁹ Ver: DANTAS, BEATRIZ GÓIS. *Vovó Nagô, Papai Branco. Usos e Abusos da África no Brasil*. SP, Brasiliense, 1988

¹⁰ Ver: CUNHA, MANUELA CARNEIRO DA. *Negros estrangeiros; os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985; FRY, PETER & VOGT, CARLOS. *Cafundó: A África no Brasil. Linguagem e sociedade*. São Paulo, Cia. das letras, 1996 (com a colaboração de Robert Slenes); SLENES, ROBERT W. “‘Malungu, Ngoma vem!’ : África coberta e descoberta no Brasil”. *REVISTA USP*, número 12 (dez./jan./fev., 1991-1992). Na bibliografia internacional há várias perspectivas de interpretações sobre a criação de culturas e identidades dos africanos. Ver, entre outros: AGORSAH, E. KOFI.(org.) *Maroon Heritage. Archaeological Ethnographic and Historical Perspectives*. University of the West Indies, 1994; BARNES, SANDRA J. (Eds.) *Africa’s Ogun Old World And New*. Indiana University Press, 1992; MINTZ, SIDNEY W. & PRICE, RICHARD. *An Anthropological Approach to the Afro-American Past; A Caribbean Perspective*. Piladelfia, ISHI, 1976; MULLIN, MICHAEL. *Africa in America. Slave Acculturation and Resistance in the America South and the British Caribbean, 1736-1831.*, University of Illinois Press, 1992 PALMIÉ, STEPHAN. (org.). *Slave Cultures and the Cultures of Slavery*. Knoxville, The University of Tennessee Press, 1995; STUCKEY, STERLING. *Slave Culture : Nationalist Theory and The Foundations of black America*, Nova Iorque, 1987; THORNTON, JOHN K. *Africa and Africans in the Making of the Atlantic World, 1400-1680*, Cambridge University Press, 1992; VLACH, JOHN M. (org.) In: *By The Work Of Their Hands*. “Studies in Afro-American Folklife.” University Press of Virginia, 1992.

¹¹ Ver: BASTIDE, ROGER. *As Américas Negras: As Civilizações Africanas no Novo Mundo*. São Paulo, DIFEL/EDUSP, 1974; *As Religiões Africanas no Brasil. Contribuição a uma Sociologia das Interpretações das Civilizações*. São Paulo, Livraria Pioneira Ed., 1985; CARNEIRO, EDISON. *Ladinos e Crioulos; estudos sobre o negro no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964; *O Quilombo de Palmares.*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966; RAMOS, ARTHUR. *A Aculturação Negra no Brasil*, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, Col. Brasileira, 1942; *As Culturas Negras no Novo Mundo*. 3ª edição, São Paulo, Ed. Cia. Nacional, 1979; *O Negro Brasileiro*. 1ª edição, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1935; *O Negro na Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, Ed. Casa do Estudante do Brasil, 1953 e RODRIGUES, NINA. *Os Africanos no Brasil*. Op. Cit.

¹² Ver, entre outros: REIS, JOÃO JOSÉ & GOMES, FLÁVIO DOS SANTOS. “Uma história da Liberdade”, In: *Liberdade por um fio. História dos Quilombos no Brasil*. SP, Cia. das Letras, 1996. Sobre maroons ver a revisão das análises de Price em: PRICE, RICHARD. “Resistance to Slavery in the Americas: Maroons and their Communities”. *Indian Historical Review*, número 15, Volume 1-2 (1988-89). Ver ainda os clássicos: CRATON, MICHAEL. *Testing the Chains. Resistance Slavery in the British West Indies*. Cornell University Press, 1982; GASPAR, DAVID BARRY. *Bondmen & Rebels. A study of Master-Slave Relations in Antigua with implications for Colonial British America.*, The Johns Hopkins University Press, 1985 e GENOVESE, EUGENE. *Da Rebelião à Revolução : As Revoltas de Escravos nas Américas*. São Paulo, Global, 1983.

¹³ Ver, entre outros: GOULART, JOSÉ ALÍPIO. *Da Fuga ao Suicídio. Aspectos de Rebeldia dos Escravos no Brasil*. Rio de Janeiro, Conquista/INL, 1972; MATTOSO, KÁTIA DE QUEIROZ. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1982, pp. 153 GUIMARÃES, CARLOS MAGNO. *Uma Negação da Ordem Escravista. Quilombos em Minas Gerais no Século XVIII*. São Paulo, Icone Editora, 1988 e MAESTRI FILHO, MÁRIO JOSÉ. *A Servidão Negra, Porto Alegre: Mercado Aberto*, 1988, pp. 114-118.

¹⁴ APERJ (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro), *Fundo Secretária de Polícia da Província (SPP)*, Coleção 184, doc. 04.(40) Idem., Coleção 166, doc. 15.

¹⁵ ANRJ, Documentação Identificada — GIFL, pacote 5 E 131, 21/07/1848 e 23/10/1847.

¹⁶ Idem., IJ 6 Maço 214 (1850), *Ofícios de Polícia da Corte*, 30/07/1849.

¹⁷ Idem., Documentação Identificada (GIFI), pacote 5 B 287, 30/06/1852 e pacote 5 B 272, 03/10/1859. Com relação ao exército brasileiro e as estratégias dos escravos fugidos, ver: KRAAY, HENDRIK. “*The shelter of the Uniform: the*

Brazilian Army and Runaway Slaves, 1800-1888". Journal of Social History, vol. 29, número 3, março, 1996, A proposta. 637-657.

¹⁸ APERJ, *Fundo Secretaria de Polícia da Província (SPP)*, Coleção 166, doc. 07, 13/10/1853

¹⁹ Cartório do 2º Ofício de Vassouras, Caixa 398, Ação de Liberdade, ano: 1852

²⁰ ANRJ, IJ 1 maço 458 (1857), Ofícios de Presidentes de Província, 14/02/1857

²¹ Idem., IJ 1 maço 873 (1864), Ofícios de Presidentes de Província, Ofício de 10/06/1864.

²² Idem., interrogatórios em anexo

²³ Idem., Processo criminal, Apelação Crime, maço 153, número 1077, Galeria C, ano: 1884, Corte do Rio de Janeiro, fl. 26 e IJ 6 maço 221 (set./dez. 1855), Ofícios de Polícia da Corte, 25/10 e 28/11 de 1855. Para a história de Serafim com maiores detalhes, ver: CHALHOUB, SIDNEY. *Visões da Liberdade*. Op. Cit., pp. 59 a 65.

²⁴ Idem., Corte de Apelação, Caixa 3699, processo número 7317, ano: 1872, Província de São Paulo.

²⁵ Idem., Corte de Apelação, Caixa 3969, processo número 6625, ano: 1869, Província do Rio Grande do Sul.

²⁶ Idem., Documentação Identificada (GIFI), pacote 6 J 128, 29/05/1837.

²⁷ Idem., Corte de Apelação, Caixa 3694, processo número 20, ano: 1846, Província do Rio de Janeiro.

²⁸ Idem., Códice 324 — Registro de Ofícios expedidos pela Polícia à Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, Volume 3 (1834-1841), 04/04/1839, fls. 65 a 67

²⁹ Sobre quilombos na amazônia, ver: ACEVEDO MARIN, ROSA ELIZABETH & CASTRO, EDNA M. RAMOS. *Negros do Trombetas: Etnicidade e História*, Belém, NAEA/UFPa, 1991; *Negros do Trombetas. Guardiões de matas e rios*. Belém, UFPa, 1993; ACEVEDO MARIN, ROSA ELIZABETH. "Terras e afirmação política de grupos rurais negros na Amazônia", In: publicado em: O'DWYER, ELIANE CANTORINO (org.) *Terra de Quilombos*, Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Antropologia, julho de 1995; ALONSO, JOSÉ LUIS RUIZ-PEINADO. "Publicadores de la Amazônia. Cimarrones del Trombetas". *Africa Latina Cuadernos*, Barcelona, número 21, pp. 59-68; "Hijos del Rio - Negros del Trombetas". IN: JORDAN, PILAR GRACIA, IZAR, MIGUEL & LAVINA, JAVIER (orgs.). *Memória, Creacion e História. Luchar contra el olvido*. Barcelona, 1994, pp. 349-357; ANDRADE, LÚCIA M.M. "Os Quilombolas da Bacia do Rio Trombetas? Breve Histórico", In: O'DWYER, ELIANE CANTARINO (org.) *Terra de Quilombos*, Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Antropologia, julho de 1995; FUNES, EURÍPEDES. "Nasci nas matas, nunca tive senhor". História e memória dos mocambos do Baixo Amazonas. *Tese de Doutorado*, São Paulo, FFLCH/USP, 1995; "Nasci nas matas, nunca tive senhor". História e Memória dos mocambos do Baixo Amazonas", In: REIS, JOÃO & GOMES, FLÁVIO DOS SANTOS. *Liberdade por um Fio....*, pp. 467-497 e GOMES, FLÁVIO DOS SANTOS. "Em torno dos Bumerangues: Outras Histórias de Mocambos na Amazônia Colonial". *Revista USP*. número 28, Dezembro/janeiro/fevereiro, 1995-96 "Nas Fronteiras da Liberdade: mocambos, fugitivos e protesto escravo na Amazônia Colonial", In: *Anais do Arquivo Público do Pará*, Belém, 1996

³⁰ Ver: GOMES, FLÁVIO DOS SANTOS. (Org.) *Nas Terras do Cabo Norte. Escravidão, Fronteiras e Colonização na Guiana Brasileira – Sécs. XVII e XIX*, Belém, NAEA/UFPa, 1999

³¹ APEP, Caixa 97, Ofício da Secretaria de Polícia do Pará (1844-1848), Ofício do Chefe de Polícia interino João Baptista Gonçalves Campos, enviado ao Presidente da Província Jerônimo Francisco Coelho, 1848; Ofício do Subdelegado da Vila de Macapá, João Pereira da Costa, 19.05.1848; Cópia da Carta enviada por Procópio Antônio Rolla ao subdelegado de Polícia de Macapá, 29.04.1848; Termos de perguntas ao escravo Pedro, 27.04.1848; Termos de perguntas a preta Felícia, 10.05.1848; Termos de perguntas ao preto Manoel Cumbamá, 11.05.1848 e Termos de perguntas a Manoel Joaquim dos Reis, 11.05.1848.

³² Pensamos aqui em termos teóricos e metodológicos nas contribuições de THOMPSON, E. P.. "*La economía 'moral' de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII*". *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase. Estudios sobre la crisis de la sociedade preindustrial*. Barcelona,

Editorial Critica, 1979. p. 62-134. Uma abordagem sobre o impacto e influência da obra de Thompson nos novos estudos da historiografia brasileira sobre escravidão, ver: LARA, Sílvia Hunold. "Blowin in the Wind: E.P. Thompson e a experiência negra no Brasil", Projeto de História. *Revista do departamento de história da PUC-SP*, número 12, 1995, pp. 43-56

